



O DISCURSO TEATRAL DE *AS PRIMÍCIAS*, DE DIAS GOMES, COMO POSSIBILIDADE DE ANÁLISE HISTÓRICA

SOERENSEN, Claudiana¹

Só podemos entender uma obra literária fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra [...]

Antonio Candido

RESUMO: A epígrafe do crítico literário Antonio Candido ajuda a salientar o propósito deste trabalho. Em uma tentativa de fundir texto e contexto, pretende-se estabelecer uma análise histórica a partir de uma obra literária, especificamente, a peça teatral *As Primícias* do dramaturgo Dias Gomes. Sugerindo a metáfora de um ateliê da palavra – do qual tanto a História como a Literatura fazem parte por serem narrativas e, considerando as alterações na produção do conhecimento historiográfico ao longo dos anos - as quais propiciaram uma dilatação nos conceitos referentes ao entendimento das fontes documentais, reavaliação metodológica e o estabelecimento da indissociabilidade entre disciplinas, o intuito é aproximar Literatura e História para “tecer” uma interpretação sobre o período ditatorial.

PALAVRAS-CHAVE: História, discurso, *As Primícias*, Dias Gomes, ditadura brasileira.

ABSTRACT: The epigraph of the Antonio Candido literary critic helps to point out the intention of this work. In an attempt to fuse text and context, it is intended to establish a historical analysis from a literary composition, specifically, the theatrical plays *As Primícias* by playwright Dias Gomes. Suggesting the metaphor of the atelier of the word - of which in such as History as Literature is part for being narratives and, considering the alterations in the production of the historiography knowledge to the long one of the years - which had propitiated a dilatation in the referring concepts to the agreement of the documentary sources, methodological reevaluation and the establishment of the indissociability among disciplines, the intention is to approach Literature and History “to interlace” an interpretation on the dictatorial period.

KEY-WORDS: History, discourse, *As Primícias*, Dias Gomes, Brazilian dictatorship.

FIACÇÃO TEÓRICA: HISTÓRIA E DISCURSO...

No século III a.C Aristóteles registra em sua obra *Poética* (Aristóteles, 1987: p. 288): “[...] a poesia é mais filosófica e de caráter mais elevado que a história, porque a poesia permanece no universal e a história estuda apenas o particular”. Passados séculos entre as proposições aristotélicas, pergunta-se: a história ainda (e somente) estuda o particular? Ainda registra apenas “o que Alcebiades fez ou que lhe aconteceu” (ou seja, o grande homem e seu feito), como exemplifica Aristóteles?

A Idade Média tem como fundamento e justificativa histórica a visão cristã. Sobre isso argumenta a historiadora Vavy Pacheco Borges:

A história continua tendo uma visão do tempo linear, cujo desenvolvimento é conduzido segundo um plano da Providência Divina. É a volta a uma explicação sobrenatural, semelhante à do mito, e também cosmogônica. Ela se impõe no início do período medieval (séculos V e VI d. C.), perdurando como forma única por toda a Idade Média, quando se forma a civilização europeia ocidental. (1993: p. 22)

Na Modernidade a tríade historiador, realidade histórica e documento fundamentou o conhecimento e a escrita histórica. Leopold Ranke, da *escola científica alemã*, colabora com a tendência de centralização crítica das fontes e o levantamento dos fatos “como eles realmente se passaram”. A corrente positivista ratifica a visão rankeana, regulamenta e atribui à história o levantamento “científico” dos fatos, sem procurar interpretá-los, designando à sociologia sua interpretação. A história é, para essa tendência, a sucessão de acontecimentos isolados, narração dos feitos políticos dos grandes heróis, das guerras, dos tratados entre nações, das dinastias.

O século XIX esboça outra perspectiva historiográfica. À procura de explicações que fossem além de datas e fatos cronologicamente dispostos e isolados, os historiadores começam a levar em conta os fenômenos da produção (para eles, sinônimos de economia). A teoria desenvolvida por Marx e Engels ganha diversos contornos e perdura até os dias atuais. Nela a história é vista como um processo dialético, dinâmico, que passa por transformações constantes em função de contradições internas da realidade social.

O materialismo histórico e o positivismo vão assim escrevendo a história, ora sob o viés nacional, orientada por preocupações essencialmente política, ora por preocupações exclusivamente econômicas. Tais correntes historiográficas são predominantes até os anos 1930 quando trabalhos de professores universitários e historiadores franceses são reunidos e publicados em uma revista “*Anaes de História Econômica e Social*” em 1929, sob a direção de Marc Bloch e Lucien Febvre. Sobre

a corrente francesa, Borges (1993, p. 39) analisa:

Numa luta contra uma história que fosse somente política, narrativa e factual, e a partir do desenvolvimento de outras ciências do homem, utilizando como inspiração suas técnicas e seus métodos, são agora os responsáveis, como foi o materialismo histórico, por um novo grande impulso no conhecimento histórico.

A história, bem como todo o conhecimento, está sempre em modificação. Em uma época, considerada por muitos, pós-moderna cujo referencial é a crise dos paradigmas², como a historiografia vem sendo construída?

O saber humano sobre fatos pretéritos encontra-se, ainda, condicionado pela necessidade da presença, pois é preciso que haja uma fonte sensorial do acontecimento para que ele seja considerado fonte histórica. Impõe-se, portanto, para a investigação metódica e consequente de fato passado, a coleta e o exame de indícios e provas disponíveis, a fim de que se possa chegar a algum conhecimento a partir de interpretações. Daí a preocupação de “historiar o trágico”, em recolher informações, relatos e testemunhos metafóricos do contexto ditatorial expressos na obra *As Primícias* do dramaturgo Dias Gomes.

A considerável mutação historiográfica³, com a quebra de paradigmas científicos rígidos, possibilita a investigação - a partir da narrativa ficcional, a capacidade de desvendar lacunas e fendas ocultas do real, assumindo postura crítica em relação ao poder da palavra (tomada em todo o texto como sinônimo de linguagem) expresso em obras literárias.

As impressões que se tem sobre a realidade histórica não podem desvincular-se da linguagem e por extensão das manifestações ideológicas que a permeiam, isto porque, segundo Fiorin (2003, p.33), a ideologia é “vista como algo imanente à realidade e indissolúvel da linguagem”. Ideias e discursos configuram a realidade, a qual se revela pelo discurso (ficcional e histórico). Há neste contexto uma dinâmica de determinações, em que não se pode desvincular as ideias, da linguagem e da ideologia. Esta relação de imbricamento ideológico exige uma atitude de comprometimento diante dos discursos que circulam na sociedade, é preciso estar atento, desconfiar, ler criticamente os fatos para perceber os mecanismos que cerceiam, determinam e, muitas vezes, dificultam a apreensão do real em sua essência.

Cada atuação linguística no texto corresponde, portanto, a uma atuação institucional sobre o real, em que se pronunciam instâncias autorizadas por um discurso, considerado competente, e que segundo Chauí (1982, p. 07), “é aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer

circunstância". Neste sentido, questiona-se: qual obra, embasada em qual discurso (histórico, ficcional, político, científico, acadêmico – entre outros) estaria "autorizada" para ser fonte documental de uma pesquisa histórica?

O arcabouço teórico sobre as mudanças historiográficas e acerca do discurso justifica a escolha de um texto literário dramático como fonte histórica. Conforme os pressupostos foucaultianos do *new historicism* – uma das vertentes da História Nova, a produção literária de um autor deve necessariamente ser considerada como discurso singular embutido no discurso coletivo de seu tempo. Ou seja, segundo essa corrente historiográfica, a literatura está inserida no discurso coletivo de seu tempo e é uma dentre muitas estruturas em que se pode ler o espírito de uma época, restaurando a historicidade do texto e requerendo a textualidade da história.

A historiadora Sandra Pesavento argumenta:

História e Literatura apresentam caminhos diversos, mas convergentes, na construção de uma identidade, uma vez que se apresentam como representações do mundo social ou como práticas discursivas significativas que atuam com métodos e fins diferentes. (Pesavento 2000:9)

Tomando a interpretação de Pesavento acerca da argumentação de Ricouer, "o discurso ficcional é 'quase história', na medida em que os acontecimentos relatados são fatos passados para a voz narrativa, como se tivessem realmente ocorrido. [...] Dando voz ao passado, história e literatura proporcionam a erupção do ontem no hoje" (2000: 11), podemos entender que a história que lemos, ainda que embasada em fatos, não é inteiramente factual, mas é o registro parcial destes fatos e uma série de opiniões (aceitas ou não).

Nesta condição de enunciado verbal (discurso), a história passa a ser um sistema autoconsciente de significação social tanto quanto a literatura e, desta forma, ela é feita por homens em busca de significação, que assim como Dias Gomes em *As Primícias*, buscaram retratar um dado momento histórico fazendo uso da narrativa. Alegoria⁴ do Estado ditatorial, a peça demonstra o cerceamento do ser humano de dispor de seu próprio corpo, de falar e lutar pela liberdade de acordo com a sua vontade, de requerer um tratamento justo perante instâncias hierárquicas consideradas superiores. É a literatura – especificamente o texto dramático (teatral), servindo de material de pesquisa histórica, tentando romper o ranço do conceito positivista do entendimento de fonte documental.

O TEAR HISTÓRICO⁵...

O quadro histórico (especificamente décadas de 1960 e 1970) em que Dias Gomes produz suas peças é conturbado. Após a renúncia de Jânio Quadros em 1961, os militares não aceitavam a posse do vice-presidente João Goulart e havia no Brasil a ameaça de guerra civil. Jango tomou posse naquele mesmo ano e houve a implantação do parlamentarismo para diminuir o poder do presidente. Durante seu governo o país vivenciou grandes agitações sociais, uma elevada taxa de inflação e grande alta do custo de vida. No início de 1964 a crise dominava o Estado. O governo não tinha mais o apoio de toda a burguesia, cujos investimentos diminuía abruptamente, levando a economia à crise. Em 31 de março, as Forças Armadas desencadearam o movimento de deposição. No dia seguinte, o presidente, vendo que não contava com o apoio militar, seguiu para o Rio Grande do Sul. O Senado declarou vago o cargo presidencial e empossou o presidente da Câmara Ranieri Mazzili, o qual fora substituído pelo Marechal Humberto Castelo Branco. Assiste-se o fim do governo populista (1946 a 1964) e início de um período sangrento da história do Brasil.

De 1964 a 1968 foram editados cinco Atos Institucionais, suspendendo as garantias constitucionais, estabelecendo eleições indiretas, concedendo ao Executivo o poder de cassar mandatos políticos e decretar estado de sítio sem consultar o congresso, intervir nos estados e municípios. Houve também a censura dos meios de comunicação (teatro, televisão, jornais, rádios) e meios universitários, o estabelecimento da pena de morte e o banimento do território nacional para os casos de subversão. Enfim, a garantia dos direitos individuais, de liberdade e democracia foram extintos. Cabe aqui a proposição de Chauí (1982: p. 07) de que “não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância”.

O governo Médici (1969-1974) foi responsável pelo aperfeiçoamento dos “mecanismos de segurança interna” (leia-se prisões, torturas, exílios e assassinatos) e o controle sobre as universidades, proibindo atividades políticas de estudantes, professores e funcionários, e pelo crescimento econômico conhecido como “milagre econômico”, o qual em fins de 1973 já estava esgotado.

Com o projeto de “distensão lenta, segura e gradual”, o general Geisel assume a presidência. A ambiguidade do regime (falando em abertura, o presidente cassou mandatos, fechou o congresso por quinze dias em abril de 1977) suscitou respostas. No primeiro semestre de 1978 a sociedade civil organizou greves e os protestos se generalizaram. Era o esboço revolucionário surgindo e que se expandiria até 1984 com a campanha pelas eleições diretas.

Dentro desse panorama histórico, em 1977 Dias Gomes tem sua peça *As Primícias* encenada e no ano seguinte fora publicada pela editora Civilização.

O ARTESÃO-AUTOR⁶...

Alfredo de Freitas Dias Gomes nasceu em Salvador BA, em 19 de outubro de 1922. Escreveu sua primeira peça aos 15 anos e em 1942 teve encenada a comédia *Pé de Cabra*, sucesso de público e crítica. A partir de 1944 Dias Gomes passou a trabalhar em emissoras de rádio de São Paulo e do Rio de Janeiro, como autor e diretor. Tornou-se nacionalmente conhecido em 1960, quando foi encenado *O Pagador de Promessas* pelo Teatro Brasileiro de Letras, sob direção de Flávio Rangel. A versão cinematográfica da obra, dirigida por Anselmo Duarte, conquistou a Palma de Ouro do Festival de Cannes de 1962, além de outros prêmios nacionais e internacionais.

Na década de 1960, Dias Gomes⁷ escreveu peças como *A Invasão* (1962), *A Revolução dos Beatos* (1962), *O Santo Inquérito* (1966) e *O Berço do Herói* (1976), algumas delas proibidas pela censura. Para a televisão escreveu, entre outras telenovelas, *Verão Vermelho*, *Assim na Terra como no Céu*, *O Bem-Amado* e o grande sucesso *Roque Santeiro*. Reconhecido como um dos maiores dramaturgos brasileiros, Dias Gomes voltou ao teatro e escreveu *As Primícias* (1977) e *O Rei de Ramos* (1979). Em 1991 ingressou na Academia Brasileira de Letras. Morreu em São Paulo SP, em 18 de maio de 1999 num acidente de carro.

A OBRA...

Aristóteles (1987: p. 220) explica que “a metáfora consiste no transportar para uma coisa o nome da outra [...]”, e lançando mão do recurso metafórico Dias Gomes aborda conflitos e tensões de um momento histórico brasileiro marcado pela opressão do sistema autoritário vigente no país, na obra dramática *As Primícias*, aqui utilizada como fonte de análise histórica.

Tentando burlar as sanções vigorantes do período o dramaturgo ambienta a trama em uma “aldeia da Europa ou da América Latina entre os séculos VI e XX” (Gomes, 1990: p. 07). Ao não demarcar tempo e espaço geográfico especificamente na década de 1970 e no Brasil, o autor camufla, propositalmente, as intenções quanto às críticas que pretendia fazer ao regime ditatorial. Mas este não foi o único mecanismo

que utilizou para metamorfosear o texto para que este não fosse censurado pelo Ato Institucional número cinco (AI-5), caracterizado como um dos recursos que mais suprimiu os direitos democráticos na vigência da ditadura. Sobre tal mecanismo, o próprio Gomes argumenta:

As Primícias – em que eu lançava mão do medieval “direito de pernada” ou “direito da primeira noite” – *jus primae noctis* – para denunciar outras formas do direito de violentar ainda estavam em vigor – era uma sátira poética ao poder absoluto que começava a desmoronar, ainda em linguagem metafórica, já que a Censura continuava a existir. (1998: p. 300)

As personagens da peça simbolizam os diversos posicionamentos acerca da ditadura – os conformados, os concordantes, os opositores – metaforicamente caracterizados como aqueles que aceitam, os que são favoráveis e os que se rebelam contra o “direito da primeira noite” do proprietário da terra sobre as noivas da aldeia.

Como personagens principais têm-se o Proprietário, sem nome especificado e durante todo o texto grafado com letra maiúscula, induzindo à ideia de posse, não só das terras como também das pessoas; o casal Mara e Lua – os quais serão opositores do senhor; Vigário – tenta intervir pelos noivos, mas é totalmente calado pelo Proprietário; Donana – viúva, mãe de Mara; Senhora – esposa do Proprietário; 1ª. Donzela, 2ª. Donzela e 3ª. Donzela – formam o coro. Fazem intervenções opinando e suscitando dúvidas sobre o destino da heroína (Mara); e o 1º. Noivo – apesar de visivelmente contrário ao tributo, faz papel de honrado e submisso ao entregar a noiva para ser deflorada pelo Proprietário.

A casa da quinta noiva, Mara, é apresentada na primeira rubrica:

Casa da noiva. O ambiente é pobre, rural, mas festivo. Ao centro, a mesa de doces. As janelas e portas são sugeridas com arcos de flores, que também formam guirlandas em volta e por sobre a mesa [...]”⁸ (p. 10 - RUBRICA)

A casa do Proprietário possui elementos que o identificam como membro pertencente à alta classe social, conforme a descrição em uma das rubricas do autor:

Sala da Casa Grande. O PROPRIETÁRIO, sentado à mesa, bebe vinho e alimenta-se. [...]” (p. 31 - RUBRICA)

As diferenças acentuadas nas descrições das moradias das personagens revelam o antagonismo que irá vigorar durante toda a peça. Se por um lado as características de humildade de Mara divulgam que ela deve obedecer ao dono das terras, os traços do Proprietário reforçam o aspecto de autoridade, poder e certa

dissimulação paternal. Sob a máscara paterna inspira respeito e obediência.

Entra o PROPRIETÁRIO, de botas e esporas, nas mãos o chicote, na cinta a faca e o revolver. Sua figura infunde respeito e temor, ainda que procure ser envolvente e paternal. (p. 13 - RUBRICA)

Logo no início da obra, são postos os juízos de valores do Proprietário em relação ao casamento, à procriação/mão-de-obra e aos direitos sociais.

Proprietário - Casar, casar... isso é bom pra aumentar a população. Precisamos de mão-de-obra num país em construção. Por incrível que pareça, em toda essa região, não se chega a dois braços por légua de extensão. Muita terra sem proveito, sem render fruto ou tributo, sem a menor serventia. Até dói no coração. Por isso digo, vocês precisam casar e ter muitos, muitos filhos mesmo, que pra todos eles eu tenho o futuro assegurado: uma pá e uma enxada, um bom pedaço de terra. Quem sabe até um arado? Palavra, em minhas terras ninguém fica sem trabalho ou sem minha proteção. [...] (p. 14-15)

Com a autodenominação e o reconhecimento social da população, o Proprietário proclama-se “pai de todos” e “protetor”. Como tal, não deve fazer julgamentos ao “ter” que passar a primeira noite com as diversas mulheres que nem sempre são satisfatórias. Assim como o Proprietário deve ser imparcial, garantindo a todos um pedaço de terra e instrumentos para cultivá-lo, o Estado também assegurou às categorias de agricultores, trabalhadores autônomos e empregadas domésticas os direitos sociais não contempladas nos governos populistas de Getúlio Vargas e João Goulart. Foi a suposta imparcialidade que, ao mesmo tempo em que garantia direitos sociais (criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS; Instituto Nacional de Previdência Social – INPS; Fundo de Assistência Rural - Funrural), restringia direitos civis e políticos através dos atos institucionais e aparatos para fazê-los ser cumpridos.

Questionando quem era a da casa em que estava, fica sabendo que é Mara, filha de Donana, viúva de Malaquias. Isso lhe agrada.

Proprietário - Ah, sim, agora me lembro!... É uma alta, esguia... olhos grandes... ancas redondas de quem vai dar boa cria... Taí uma que merece de mim a honra que vai ter. Porque nem sempre é um prazer... Às vezes é sacrifício a que só me submeto porque, como pai de todos, não devo ter preferência. Mas só Deus sabe o que passo... Deus e os lençóis do meu leito, que às vezes ficam tintos não do sangue das donzelas, mas do meu próprio, no esforço para cumprir o ritual. (p. 15)

Achando-se o “sacrificado”, quando a dama não é de seu agrado, ele lembra que mesmo assim deve manter tal regra social, pois o ritual deve ser mantido, para revestir de poder irrevogável e ditatorial o mandatário e para que não levante dúvidas sobre o poder exercido.

Proprietário – [...] São ossos do ofício. Minha posição exige todo esse sacrifício. Vou para casa me preparar com afincos. Minha mulher separou cinco lençóis, todos cinco de alvura imaculada. Quanto a mim, ou repousar. Quem sabe uma gemada talvez venha a tomar, que a empresa não é fácil, exige disposição... Um supremo mandatário nunca pode demonstrar qualquer irresolução no exercício do poder, sob pena de perder força, prestígio e até provocar contestação. Não sei se vocês entendem a minha situação... (p. 17)

Ainda explicando às Donzelas o porquê da necessidade de cumprir o ritual⁹, mesmo sendo realizado cinco casamentos em um só dia e por isso ele terá de desvirginar cinco noivas, o Proprietário argumenta:

Proprietário – É um problema político... e também de tradição. O poder absoluto só se mantém pelo uso continuado da força. É um direito, não um abuso. [...] (p. 17)

Tais trechos metaforizam o discurso do poder executivo brasileiro no exercício ditatorial. Poder absoluto não é abuso, mas um direito do Proprietário por hora assimilado como a metáfora do Estado. Valendo-se, dentre outros argumentos, do lema presente na bandeira nacional “a Ordem e Progresso”, a centralização do poder legitima-se. O recrudescimento das regras sociais (os Atos Institucionais) explica parte do crescimento econômico, por consequência, do progresso. Ou seja, o progresso viria com a ordem social, ressaltada nos discursos governamentais. Para que tal ordenação ocorresse, em alguns momentos fazia-se “necessário”, o discurso assim o proferia, o uso “continuado da força”.

Historicamente, o Brasil no início dos anos de 1970 viveu o chamado “milagre econômico”, acontecimento, muitas vezes, atrelado ao enrijecimento do sistema político. O Estado aperfeiçoava seus mecanismos de “segurança interna” e controle sobre as universidades, proibindo atividades políticas de estudantes, professores e funcionários. Foi nessas condições políticas que se deu o crescimento econômico, sob a direção do então Ministro da Fazenda Delfim Neto durante o governo Médici (1969-1974).

Conjuntamente à violência física, as propagandas políticas¹⁰ exaltavam o crescimento econômico do país com clichês que procuravam comprometer e aliar o povo sobre seu papel junto à política estatal: “Você constrói o Brasil”, “Ninguém

segura o Brasil”, “Pra frente Brasil”. Evocando uma aliança povo-nação com propósitos progressistas, o poder da palavra contribui ostensivamente para a dominação ideológica. Lembrando que a linguagem serve para questionar, responder, inferir, interferir, persuadir, dominar, ela sugere e realiza diversas funções. A língua exerce poder¹¹.

No campo da linguagem as relações de poder e força evidenciam-se caracteristicamente, tendo em vista que a palavra não apenas expressa a realidade, mas a constitui. A Ideologia tem na linguagem um espaço de constituição e por meio dela materializa-se e revela-se. Segundo Fairclough (2001, p.38), a análise de um evento comunicativo não dispensa a concepção de que “as estruturas institucionais incluem formulações e simbolizações de um grupo particular de representações ideológicas, formas particulares de falar são baseadas em formas particulares de ver”.

O discurso governamental levou à dissimulação da situação real da nação. Se de um lado o “milagre econômico” modernizou o país, de outro levou a um empobrecimento do povo, pois houve concentração de renda, em que os ricos ficaram mais ricos e os pobres mais pobres¹².

Na peça é também o discurso que conforma e institucionaliza a prática do tributo de *jus primae noctis*. O Vigário, ao tentar convencer o Proprietário a desistir da quinta noiva, apresenta fortes argumentos, os quais são rechaçados veementemente, por outros discursos do poderoso senhor. Em uma primeira tentativa, o Vigário argumenta sobre o amor que os noivos sentem e o desejo de passarem a primeira noite de casados juntos e não “terem a honra” de a noiva ser deflorada pelo Proprietário:

Vigário: [...] Eles se amam.

Proprietário: E isso acaso é razão pra romper uma tradição? Eles se amam... grande coisa! Por isso então ficam isentos de taxas e de impostos e podem andar fora da lei, sem sofrer qualquer castigo. É isso que eles pensam e o Vigário endossa! Basta se amarem então pra não deverem respeito, ou qualquer submissão, para não estarem sujeitos às normas e aos mais primários deveres de um cidadão. Nesse caso o amor lhes daria imunidades. E os outros? Também se amam, pois não? Tanta gente aí que se casa por amor... De todos os motivos por que duas pessoas se casam, esse é o mais banal e também o mais comum entre os desfavorecidos. (p. 37)

Esgotados os argumentos sobre o amor e sem qualquer sinal de insolvência quanto à persistência do Proprietário em dividir o leito matrimonial com a quinta noiva, o Vigário tenta convencê-lo a partir da condenação à violência do ato e argumentação de que mostraria força suficiente tendo passado a noite com quatro noivas.

Proprietário – [...] o problema é o precedente, é abrir uma exceção que deverá certamente ser vista como fraqueza, um sinal de frouxidão.

Vigário – Mas a repetição do ato por quatro vezes seguidas não será demonstração de força suficiente?

Proprietário – Não, se à força o povo já está acostumado. Nesse caso, o que ressalta é a simples exceção, que alguns vão pretender que se transforme em regra. Aí é que está o perigo! Não tentar tirar proveito aqueles que estão querendo violar a lei e o direito, subverter a ordem e os costumes. E essa subversão pode até chegar ao cúmulo de querer abolir o direito de primícias.

Vigário – Considerando o direito das criaturas de dispor de seu corpo, esse tributo, que em latim se denomina *jus primae noctis*, perdoe, é por demais repulsivo, uma violação da dignidade humana.

Proprietário – Um linguajar subversivo! Padre, isso me espanta! (p. 39)

O Proprietário não se deixa convencer e leva como uma afronta a tentativa do Vigário por interceder por Mara e Lua. Para encerrar de fato discussão acalorada, o Proprietário alega:

Proprietário - Se Deus oferece o Céu, eu lhes prometo, na Terra, toda a minha proteção. E passo a ser para elas, as jovens recém-casadas, como um Sagrado Esposo, um Amante Honorário, um Superpai Amoroso.

Vigário – E acredita que todas passam então a amá-lo?

Proprietário – Claro! E aí estão os fundamentos políticos desse ato ou desse ritual: ele estabelece um vínculo entre o senhor e as famílias, fortalece a unidade. É portanto de interesse de toda a comunidade.

Vigário – Depois dessa, me parece que é melhor desistir.

Proprietário – É melhor. Chega a ser absurdo o que pleiteia. Absurdo, insensato e até insultuoso. (p.41)

Para a pesquisadora de textos de dramaturgia clássica e contemporânea

Lourdes Kaminski Alves “o padre é a única personagem que está na condição de argumentar com o Proprietário, representante da força da tradição e do Estado, passando a ser que deverá trazer a sentença à heroína”. (2003: p. 211)

O Vigário tenta intervir para que o casal passe a primeira noite juntos, e é um dos poucos que percebe a violência ao ser humano calcada na tradição, na submissão ao poder e no medo da punição.

A primeira noiva chega a casa do Proprietário de mãos dadas com o noivo e na rubrica o autor assinala o constrangimento de ambos. O Senhor daquelas terras e pessoas, com ar envolvente, elogia a noiva e o noivo diz-se honrado, pede desculpas pela timidez e emoção da esposa. Pergunta se deve esperar ou voltar mais tarde e dando a possibilidade de escolha ao rapaz, o Proprietário conduz a primeira noiva ao quarto sob o desejo de boa sorte do marido o qual reprime o sentimento de ira, embora deixe entrevê-lo.

Noivo: ... grande filho da puta. (p. 45)

Embora se mostre pudica e descontente com o tributo que as filhas (assim como ela prestou um dia) devem pagar, Donana – mãe de Mara, considera uma honra o pagamento do tributo. E diz ao genro:

Donana: (*Notando o nervosismo de Mara – RUBRICA do autor*) [...] A primeira noite assusta, porque sendo a primeira, nem ao menos é com o homem com quem se vai estar nas noites seguintes. Eu me lembro da minha... Quando me vi naquele quarto enorme, sozinha com aquele senhor que eu só tinha visto uma vez, de longe, no seu cavalo negro com arreios de prata, brandindo o chicote... eu morri! Juro que morri! O que ele tirou do meu corpo naquela noite, o sangue e o gozo, foi de um corpo gelado e sem vida, parado no espanto. Depois, toda vez que caso uma filha, tudo vem à lembrança... porque é ele... sempre ele! E é como se fosse eu de novo, novamente sacrificada.

Parece que me queimam as entranhas com uma tocha acesa! Bem, o que não quer dizer que eu não considere uma honra, uma distinção da parte dele... (p. 48)

A conversa do Vigário com os apreensivos recém-casados desperta curiosidade de Donana que é colocada a par do pedido dos noivos e da resposta do Proprietário pelas palavras do Padre:

Vigário: Gastei todos os meus argumentos. É um homem impenetrável a qualquer argumentação. Só raciocina em termos de autoridade, que procura manter a todo o custo. Não pode abrir mão de qualquer dos seus poderes porque teme com isso dar

um sinal de fraqueza. De nada adianta mostrar-lhe que está violentando criaturas humanas que também têm direitos como seres feitos à semelhança divina. Ele acredita realmente que essa violência é necessária e que com ela está semeando amor, paz e prosperidade. E que em cada virgem que deflora deixa a marca de sua autoridade, planta em seu ventre o germe da submissão. E que isso é para o bem de todos. (p. 52)

Os dois discursos – de Donana e do Vigário, evidenciam a consciência da brutalidade que o Proprietário exerce sobre seus subalternos. Mas por medo do futuro incerto, Donana retoma a postura de resignação e tenta convencer a filha de que nada pode ser feito. As passagens dispersas expõem o conformismo da personagem e o contradizer de seu discurso feito anteriormente ao gênero. Ela tenta convencê-los a obedecer.

Donana: Se vocês tivessem me consultado, eu teria dito que desistissem. Teriam evitado uma decepção. Conheço bem esse homem. Por ele passamos, eu e suas irmãs e também as minhas. Todas nós dele guardamos boa lembrança de uma noite que nunca se apaga. (p. 53)

[...]

Donana: Em vez de apenas uma noite, a primeira, ele pode exigir segundas e terceiras, sempre que lhe apeteer. Tem força para isso. É o Proprietário. Quem não se sujeitar, será expulso de suas terras. Não poderá viver aqui nem plantar. (p. 54)

[...]

Donana: Terá de se conformar. (p. 55)

Segundo Alves (2003: p. 212) “o medo e a submissão das demais personagens vai reforçando a integridade moral da protagonista”. Mas Mara também apresenta rompantes de instabilidade sobre a ação que pretende executar. Exemplo disso é quando a mãe afirma que o gênero não seria o primeiro a morrer ao tentar transgredir a tradição do direito de pernada. O Vigário e Donana tentam dissuadi-la do propósito. Em um primeiro momento a heroína resolve afrontar a ira do Proprietário combinando com o noivo a fuga, apesar de todos os argumentos contrários. Porém, enquanto o noivo prepara a fuga, Mara é convencida pelo padre e pela mãe a entregar-se ao Proprietário. São os Aparelhos Repressivos do Estado (Igreja, família e Estado), utilizando uma expressão de Althusser, compelindo o indivíduo a posicionar-se conforme sua ideologia.

Vigário: Quando o direito é mantido pela força e não pela razão, o uso da força é incontrolável. E não só seu noivo pode ser atingido, também sua mãe, suas irmãs, seus amigos. Ninguém pode prever até onde irá a repressão.

Donana: O Vigário tem razão. Não seja tão egoísta, pense nos seus, que irão pagar por sua rebeldia. E depois, será que não pode fazer um pouco de sacrifício pela tranqüilidade de todos? Cada uma de nós já passou por isso... Feche os olhos ao nojo e o coração à revolta. É uma noite só... Pra que provocar o touro? Se algumas gotas de sangue aplacam a sua sede, por que não ceder? E esquecer. Como um tempo que não houve, uma hora que se risca do tempo e da lembrança. (p. 61)

Mara, com passos lentos e com expressão que se assemelha a uma condenada seguindo para o cadafalso para ser executada à força, acompanha o Vigário. Lua chega e procura Mara para fugirem conforme o combinado, mas sua esposa, acompanhada do Vigário, foi entregar-se ao Proprietário para assim cumprir a tradição que perdurava há anos. Lua fica indignado com a decisão da amada, mesmo após receber da sogra uma repreensão:

Donana: É fácil. Falou mais alto o bom-senso. Era uma loucura o que vocês tinham planejado. Loucura e leviandade. Se o mundo está torto, é ridículo quereremos consertá-lo, quando não temos força nem para desentortar um prego.

Lua: Esse raciocínio é que faz com que os Proprietários continuem fazendo o que querem, pisando e violentando, impondo sua lei e seu tributo. Porque ficamos nós de quatro, é que eles montam nossas mulheres. Na verdade, montam em nós e nos enrabam com o nosso consentimento! (p. 71)

Utilizando-se de um linguajar de baixo calão o autor discute, a partir de metáfora do marido angustiado que deve ceder a esposa na noite de núpcias para manter a tradição do direito de primícias, a liberdade sobre o corpo e as liberdades mais amplas do ser humano. A inconformidade das personagens Lua e Mara e a fuga desta no leito do Proprietário são interpretadas como uma rebelião que é necessária conter, sufocar. Após chamar os jagunços, a polícia e toda a população, o grande Senhor da aldeia discursa:

Proprietário: É meu supremo dever dar ciência do que se passa. Uma minoria, senhores, subversiva e radical, resolveu se rebelar contra o sagrado ritual, um costume secular, um direito consagrado e assim talvez contestar, quem sabe, até o regime de trabalho e convivência que todos nós adotamos em nossa comunidade. Enquanto a maioria é unida e obediente, abre-se na minoria esse odioso precedente. Enquanto a maioria demonstra compreensão e cumpre o seu dever, rebela-se uma minoria e resolve dizer não, desafiando meu poder. Um poder que por direito exerço em nome de todos, que por todos estendo, com a minha proteção e democraticamente e sem

fazer distinção, sem mesmo discriminar raça, cor ou religião. Será isso admissível? Iremos nós consentir num gesto tão egoísta e tão anti-social? Uma reação extremista e até ditatorial! É claro que não podemos de forma alguma ceder. E custe o que custar, aconteça o que aconteça, a noiva aqui deve estar antes que o dia amanheça. Pelos morros e planícies, pelas matas ou descampados, tanto a noiva como o noivo, os dois devem ser caçados! (p. 84-5)

Assim como na aldeia o Proprietário por ser o provedor econômico tinha o respaldo, a compreensão e a defesa de usufruir dos corpos femininos na noite de núpcias, o Estado por ter o papel de assegurar direitos, ordem e justiça recebia apoio de muitos quanto à centralização do poder. Não raras as vezes em que extrapolou a garantia dos direitos humanos levando à censura, à tortura, ao exílio e à morte, pessoas, obras e instituições consideradas subversivas e, portanto, perigosas à segurança nacional. A obra alegoriza a situação brasileira no que diz respeito a banalização do sentimento *versus* a sociedade de controle, vivenciado nos anos de 1960 e 1970 no Brasil.

Quando diz exercer o poder em nome de todos e retribuir tal poder garantindo proteção “democraticamente e sem fazer distinção”, o Proprietário executa um apagamento do antagonismo de classes e valores. Quando o senhor da aldeia inculca em todos que ele e o povo são membros pertencentes a um conjunto unitário, o afrontamento pela restauração do poder centra-se entre um grande bloco liderado pela ideologia do Proprietário e o casal fugitivo. O povo se sente enganado por Lua e Mara e não por aquele que cobra tributos sobre seus corpos.

Tendo ânsia pelo momento presente, o casal não vislumbra, porém, perspectivas de mudança futuras, percebendo que os antagonismos sociais ainda existirão.

Lua – Eu não sei... Esta noite nós faremos a nossa própria lei em nosso pequeno mundo. E amanhã, amanhã seremos outras pessoas, o mundo terá mudado. Ainda que dividido entre mandantes e mandados, opressores e oprimidos, já não serão como dantes [...]. (p. 86)

Mara e Lua são resgatados pelos quatro noivos, que segundo o Vigário, “cederam as noivas no adultério concedido”. Não aceitam que tenham pagado, pela própria resignação, o tributo e que Lua possa usufruir da vantagem de não passar por tal constrangimento. Mara pergunta se não têm vergonha de entregá-los ao senhor e o 1º. noivo responde:

1º. Noivo – Nós a perdemos esta noite. E se isso nos foi imposto, em que ele é

melhor que nós? Por que vai livrar o rosto? (p. 91)

A consciência de classe para a luta conjunta foi desmantelada com o discurso¹³ anterior do Proprietário (citação anterior das pp. 84-5). Quando coloca em seu lado os que já pagaram o tributo, cria uma antinomia com os noivos que tentam burlar o direito de primícias. Assim, a partir do poder ideológico materializado na linguagem, o Proprietário ganha cúmplices na violação dos direitos humanos e dificulta organizações populares em defesa do resgate a liberdade de seus corpos. A consciência social é invertida. Nega-se apoio aos que desejam liberdade e defende-se ao opressor.

Levada ao Proprietário, Mara é despida por este que faz questão de enfatizar seu poder e autoridade:

Proprietário: [...] Esta noite, quatro delas aqui estiveram cumprindo o ritual, o honroso dever de dar a este proprietário o que por lei lhe pertence. [...] É como despetalar uma rosa, suavemente, assim, pétala por pétala... até alcançar o fim, o cálice, onde beberei o vinho do amor submisso da servil propriedade pelo seu proprietário, do escravo por seu senhor, da vítima por seu algoz, do oprimido pelo opressor... e erguendo a hóstia consagrada ao direito de punir, violentar, corromper, esmagar e denegrir, cantaremos um hino à paz e levantaremos um brinde à harmonia entre as classes! (p. 93)

Mara parece ceder e pede a permissão para retirar a roupa do senhor. Ele por sua vez argumenta:

Proprietário: (*Sorri.* – RUBRICA do autor) Bravo... isso sim... gostei... uma atitude inteligente e bastante construtiva. Já vi que evoluiu da oposição formal pra colaboração ativa. Isso me torna feliz. Diminui a oposição, diminui a violência. Pois é por demais sabido que o emprego da força só aumenta na razão direta da resistência. São somente os que resistem os verdadeiros culpados se às vezes, contra a vontade, nós nos vemos obrigados a usar de energia pra impor nossos direitos. (p. 94-5)

De forma surpreendente, contrariando até mesmo a ideia de desfecho com *visão cerradamente trágica do mundo*, denominada por Albin Lesky, a heroína golpeia o Proprietário e põe fim aos desmandos do tirano que usurpa a dignidade através da violação da liberdade sobre os corpos. Para Lesky, nos desfechos trágicos das peças há o predomínio desta visão, em que o mundo é "sede de aniquilamento absoluto de forças e valores que necessariamente se contrapõem, inacessíveis a qualquer solução e inexplicável por nenhum sentido transcendente, gerando o 'conflito trágico cerrado',

uma visão pessimista sobre o destino dos homens” (*apud.* Alves, 2003: p. 234).

No entanto, em *As Primícias* conforme lembra Alves “se vislumbra a ‘situação trágica’ que admite uma reconciliação final. Na opção criativa pela situação trágica, porém reconciliatória, o dramaturgo deixa entrever uma visão otimista sobre o homem e o mundo” (Alves, 2003: p. 234).

Temporalmente localizada, o final da obra permite vislumbrar o período histórico brasileiro. Vivia-se em 1977, ano de estreia da encenação da peça, o “começo do fim”. Sob a direção, ainda firme, do general Geisel o Brasil começa a esboçar traços de retorno à democracia, ou pelo menos, um breve repensar quanto à supressão das garantias de liberdade aos cidadãos da nação castigada pela ditadura há treze anos.

Ainda com a demora da fase denominada de “redemocratização” (acontecerá no início dos anos de 1980), no ano em que *As Primícias* foi publicada pela editora Civilização, 1978, o general João Batista Figueiredo, eleito presidente por via indireta, governou com uma Constituição reformada, que permitiu a extinção dos atos institucionais¹⁴.

Pode-se analisar então, que a obra reflete o período de distensão ditatorial, em que se lê uma tentativa (ainda que ínfima) de requerer e lutar pelo extermínio da violação dos direitos humanos. Ao matar o Proprietário, embora seja uma atitude extremista, a protagonista Mara permite que muitas futuras noivas estejam livre do direito de primícias, um tributo autoritário e que agride, sobremaneira, a humanidade. O próprio Dias Gomes (no prefácio da obra *As Primícias*) aloca que seu texto dramático ilustra os abusos do poder, não somente de outrora (*jus primae noctis*), mas, sobretudo, contemporâneo a facção da obra:

Embora a humanidade tenha evoluído a ponto de tornar inadmissível hoje a prática legal de tal costume, sabemos que outras formas do direito de violentar (quer seja essa violentação física, moral ou política) continuam em vigor em certos regimes ditos autoritários, servindo o Direito de Primícias de apropriada ilustração a uma legenda que pode falar de acontecimentos do nosso cotidiano. (1990: p. 9)

Utilizando-se da metáfora do Direito da Primeira Noite, Dias Gomes narra um fragmento fatídico de nossa história. Pensando que o papel do narrador ao construir o texto condiciona-se em seus valores ideológicos, limitações históricas e contextuais, o recorte feito sobre o objeto discorrido, assinala a que mundo pertence e o que pensa tal autor¹⁵. Nota-se que o autor assimilou o seu conturbado momento histórico e expôs na obra, como um poderoso espelho que refrata, as grandes inquietações humanas do último quartel do século passado.

TENTANDO “VENDER” A OBRA – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES...

Tendendo a “navegar” pela corrente historiográfica da História Nova¹⁶, a escolha da fonte (uma fonte literária em detrimento a qualquer uma essencialmente tradicional) para analisar determinado evento histórico, suscita questionamentos. Pergunta-se: por que a opção por um texto dramático de Dias Gomes como fonte de pesquisa histórica? Apoiando-nos em Alves (2003: pp. 238-9):

Sabendo-se da formação ideológico-partidária de Dias Gomes seria, talvez, legítimo deduzir que as lutas vividas pelos protagonistas de suas peças trágicas representariam realizações estéticas das categorias fundamentais da visão materialista do mundo e, portanto, olhado para o interior dessas obras, encontrar-se-ia transfigurada, em forma de texto dramático, a luta de classes, a religião e a ideologia aristocrática como formas de alienação popular, o poder de Estado como falsa legitimidade, as referências disfarçadas à infraestrutura econômica e à superestrutura jurídica, a consciência social das personagens como consciência invertida [...].

A realidade histórica da censura é transfigurada de maneira peculiar em uma narrativa que, a partir de uma metáfora, capta uma posição inconformista que expressa sentimentos e estimula atitudes de reflexão (e porque não, rebeldia) por meio do efeito catártico proporcionado pelo espetáculo teatral. O teórico da Literatura, Vitor Manuel de Aguiar e Silva (1967: p. 28), analisa a essência da catarse.

Aristóteles tomou o vocábulo “catarse” da linguagem médica, onde designava um processo purificador que limpa o corpo de elementos nocivos. O filósofo, todavia, ao caracterizar o efeito catártico da tragédia, não tem em mente um processo de depuração terapêutica ou mística, mas um processo purificador de natureza psicológico-intelectual: no mundo torvo e informe das paixões e das forças instintivas, a poesia trágica, concebida como uma espécie de mediadora entre a sensibilidade e o *logos*, instaura uma disciplina iluminante, impedindo a desmesura da agitação passional. Aristóteles, com efeito, não advoga a extirpação dos impulsos irracionais, mas sim a sua clarificação racional, a sua purgação dos elementos excessivos e viciosos.

Dias Gomes (1998: p. 305) em sua autobiografia, diz que “o teatro não pode transformar o mundo, mas por seu intermédio podemos, sem dúvida, transmitir a consciência da necessidade dessa transformação”. A tentativa de extirpar a resignação diante de agruras cotidianas representadas em ação dramática revela o porquê de muitas peças teatrais (estende-se aqui, obras literárias e canções) serem censuradas em uma época que se necessitava da alienação popular para que os ditames do regime

vigorassem. Para Gomes

O teatro possibilita ao povo, tão insatisfeito quanto os autores e participantes dos espetáculos, desabafar a sua insatisfação, lavar a alma, desalienar-se. Pois se a alienação consiste no fato de os homens não se reconhecerem no produto de seu próprio trabalho [...] desalienação pode ser obtida pelo reconhecimento de si mesmo no trabalho do alheio. (1998: p. 211)

Tomando-se o discurso narrativo ficcional como base de pesquisa histórica, salienta-se as reflexões de Bakhtin (2002), de que a palavra não é neutra, vê-se que a língua em suas formas de expressão revela muito mais do que um conteúdo, revela uma leitura de mundo, particular ou não, e faz uso dessa leitura para persuadir, convencer, fazer pensar e agir.

Para Claércio Schneider “os historiadores ‘voltam’ as atenções à narrativa com um interesse renovado pelo texto”, pois a pesquisa historiográfica através da Literatura permite o “estudo e a análise dos imaginários sociais” (2004: pp. 168-9). Porém ressalta que “o historiador não faz literatura em razão de uma dupla dependência: primeiro, em relação ao arquivo e/ou documento que orienta sua interpretação; segundo, em relação aos critérios de cientificidade e às operações técnicas próprias do seu ofício” (p. 169).

Cuidando com as estreitas fronteiras entre ficção e cientificidade, pode-se argumentar que o dramaturgo Dias Gomes, como boa parte dos artistas engajados no período ditatorial, pôde fazer da arte (ficção) um instrumento de crítica, denúncia, incitação à mudança. Assim, colaborou para intervir no imaginário social, cooperando na tentativa de deslocamento das mentalidades enrijecidas pelo sistema ditatorial, do mesmo modo que muitas obras científicas o fizeram. A censura de algumas de suas peças teatrais revela o poder de seu discurso tido muitas vezes como anárquico, subversivo, suscitador de contestações, portanto, para a ditadura, perigoso à segurança nacional. Se a literatura está inserida no discurso coletivo de seu tempo, é uma dentre muitas estruturas em que se pode ler o espírito de uma época, restaurando a historicidade do texto e requerendo a textualidade da história.

Como a História utiliza-se da linguagem narrativa para descrever a realidade circundante, cabe a ela optar em ficcionalizar ou historicizar os imaginários presentes nessa realidade. “[...] acredita-se que o uso da fonte literária para a interpretação da história pode, entre outros aspectos, ser um instrumento de imprescindível valor para o estudo de diferentes realidades e para a crítica social” (Schneider, 2004: 170). Deste modo, a construção da obra (história ficcional ou científica) se dá a partir do “ateliê da palavra” e é fruto do “tear histórico”, feitas pelas mãos do “artesão-autor”

e mediada pela “fiação histórica”.

NOTAS

- ¹ Mestre em Letras - área de concentração em Estudos Literários, linha de pesquisa: Literatura e História - pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).
- ² A crise de paradigmas é considerada como parte de um processo amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referências conceituais no “mundo intelectual”. (Stuart Hall, 1998)
- ³ Para Astor Diehl com a mudança historiográfica “fica a possibilidade de a História como ciência avançar e resgatar campos e conteúdos do passado anteriormente vistos (ou não percebidos) como não-históricos ou como sendo irracionais, sem que ela deixe de ser concebida com critérios científicos [...]”. (1997: p. 91)
- ⁴ Para o historiador e pesquisador da literatura, Claércio I. Schneider, o “recurso alegórico pode ser entendido como um código por meio do qual muitos escritores literários, principalmente no período da ditadura militar, puderam estabelecer contato com um público leitor, buscando não chamar a atenção da censura”. (2003: 171)
- ⁵ Para apreensão do contexto histórico ditatorial (1964 - 1985) tomou-se como base o terceiro capítulo da obra *Cidadania no Brasil: o longo caminho* de José Murilo de Carvalho.
- ⁶ Sobre a vida e a obra de Alfredo de Freitas Dias Gomes recomenda-se a leitura de GOMES, Dias. *Dias Gomes: apenas um subversivo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- ⁷ O dramaturgo foi visado por suas posições de esquerda, sua militância no Partido Comunista Brasileiro, sendo, por isso, alvo de controle, censura, perseguições e intimidações. No entanto, com sagacidade e maestria encontrou formas de driblar a censura, de revelar, por meio de fina ironia, suas idéias e seus sonhos de mudanças. Em seus textos, questionando o autoritarismo, a opressão, a falta de liberdade e as dificuldades de sobrevivência, revelou o estado do país e a alma humana. (Este trecho foi retirado de uma tese de doutoramento, fonte primordial para tomar conhecimento de análises sobre algumas obras de Dias Gomes. ALVES, 2003: p. 142)
- ⁸ As citações acompanhadas somente das páginas referem-se à obra dramaturgica tomada como objeto de análise. Cito *As Primícias* (1978 – primeira edição/1990 – versão consultada) do dramaturgo Dias Gomes.
- ⁹ Levando-se em consideração a proposição de Foucault de que as relações de poder são muito mais amplas e atuantes que exclusivamente as que se apresentam através do poder estatal, redimensiona-se o conceito de poder e assim pode-se constatar sua efetivação em diversos mecanismos cujo cerceamento é um dos principais artifícios do poder, e cujas formas são bastante variáveis. Os rituais podem ser bons exemplos de restrições (exercícios de poder) conforme aborda Foucault: “A forma mais superficial e mais visível desses sistemas de restrição é constituída pelo que se pode agrupar sob o nome de ritual; o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar a determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirige, os limites de seu valor de coerção”. (FOUCAULT, 2001, p. 39).

- ¹⁰ Muitas das campanhas publicitárias pretendiam instaurar o patriotismo no cidadão brasileiro. Carlos Fico, no capítulo intitulado “Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão” expõe que os principais *slogans* foram: “Ninguém segura o Brasil” (resultante da conquista, pela Seleção do Brasil, da Copa do Mundo de futebol em 1970), “Este é um país que vai pra frente” e “Brasil é feito por nós” (2003: p. 198) e eram veiculados na televisão e rádios ao final dos comerciais.
- ¹¹ Os poderes não estão focalizados em nenhum ponto específico da estrutura social, funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras [...]. Poder é luta, confronto, relação de força. Não é um lugar que se ocupa, nem um objeto que se possui. Se exerce, se disputa. Não é uma relação unívoca, unilateral. O fundamental da análise é que saber e poder se implicam mutuamente: não há relação de poder sem constituição de um campo de saber; todo saber constitui novas relações de poder. (Foucault, 1990: p. 21)
- ¹² O sentido do “milagre” econômico foi posteriormente desmistificado por análises de especialistas que mostraram seus pontos negativos. Houve, sem dúvida, um crescimento rápido, mas ele beneficiou de maneira muito desigual os vários setores da população. A consequência foi que, ao final, as desigualdades tinham crescido ao invés de diminuir. (Carvalho, 2002: p. 168)
- ¹³ Neste trecho evidencia-se que o saber lingüístico é um poder. A língua é um dispositivo que exerce força e é utilizada em manobras – como o discurso - para dominar. Quem nos explica o poder através de palavras é José Luiz Fiorin (p. 49) através do que chama de fazer persuasivo: “O fazer persuasivo engloba procedimentos utilizados pelo destinador para persuadir o destinatário, isto é, fazê-lo crer e para fazê-lo fazer”. A comunicação (no contexto da obra, o Proprietário discursiva e o povo assimila), para Fiorin, mostra claramente os fazeres persuasivo e interpretativo dependentes de crenças, conhecimentos, aspirações e projetos do destinador e do destinatário. Tanto o destinador, para realizar o fazer persuasivo, quanto o destinatário, para exercer o fazer interpretativo, usaram sua competência semântica, constituída por seus sentimentos, valores, crenças e conhecimentos. A “dominação” através da persuasão ocorre pelas aspirações e anseios prometidos, muitas vezes, no discurso do outro. Daí, a afirmação de Fiorin de que “os sujeitos da comunicação não podem ser considerados como casas vazias e sim como casas cheias de projetos, aspirações, emoções, conhecimentos, crenças, que vão determinar os modos de persuadir e as formas de interpretar”. (p. 49).
- ¹⁴ Em 1978, o Congresso votou o fim do AI-5, o fim da censura prévia no rádio e na televisão, e o restabelecimento do *habeas corpus* para crimes políticos. O governo ainda atenuou a Lei de Segurança Nacional e permitiu o regresso de 120 exilados políticos. Em 1979, já no governo do general João Batista de Figueiredo, o Congresso votou uma lei de anistia, havia muito exigida pela oposição. A lei era polêmica na medida em que estendia a anistia aos dois lados, isto é, aos acusados de crime contra a segurança nacional e aos agentes de segurança que tinham prendido, torturado e matado muitos dos acusados. (Carvalho, 2002: pp. 175 - 176)
- ¹⁵ O olhar do narrador detido sobre os homens e a sua história vai pintando um tecido que se descortina diante dos olhos do leitor até o ponto em que aquele o quiser, por meio de vários instrumentos diegéticos utilizados no âmbito da narrativa. Para além da sua primordial função de mediador da história contada, o narrador realiza intrusões aflorando uma subjetividade que traduz posicionamentos ideológicos e afetivos com inegáveis repercussões

pragmáticas e semânticas. (2000: p. 76)

- ¹⁶ Conforme a definição de Ronaldo Vainfas acerca da História Nova: “Contra a tal história historicizante, Febvre e Bloch opunham uma assim chamada **história nova**, uma história problematizadora do social, preocupada com as massas anônimas, seus modos de viver, sentir e pensar.” (1997: p. 130)

REFERÊNCIAS

ALVES, Lourdes Kaminski. O narrador: tipificação e seus instrumentos. *In: Línguas & Letras*. Volume 1, Número. 1. Cascavel: Edunioeste, 2000.

_____. *Repercussões do trágico e do social no teatro de Dias Gomes – Leitura Comparativa entre Antígona de Sófocles; O Pagador de Promessas, O Santo Inquérito e As Primícias de Dias Gomes*. Mimeo, Unesp, 2003. (Tese defendida em 2003).

ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. (trad. Antônio Pinto de Carvalho) São Paulo: Ediouro, 1987.

BORGES, V. P. *O que é história*. 2ª. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1993. (Coleção Primeiros Passos no. 17)

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia*. São Paulo: Moderna, 1982.

DIEHL, Astor Antônio. *Do método histórico*. Passo Fundo: Ediuf, 1997.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UNB, 2001.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia Almeida Neves (orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XXI*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2003. (Coleção O Brasil Republicano; v. 4)

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. *In: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XXI*. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia Almeida Neves (orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2003. (Coleção O Brasil Republicano; v. 4)

FIORIN, José Luiz. (org.). *Introdução à Lingüística: Objetos Teóricos*. São Paulo: Contexto.

_____. *Linguagem e Ideologia*. São Paulo: Ática, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. (trad. Laura F. de Almeida Sampaio). 7ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

GOMES, Dias. *Dias Gomes: apenas um subversivo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. *As Primícias*. São Paulo: Melhoramentos, 1990.

PESAVENTO, Sandra J. Literatura, História e Identidade Nacional. In: *Vidya: Ficção, História, Poéticas*. v. 19, nº 33 (jan/jun 2000). Santa Maria, RS: Editora Centro Universitário Franciscano.

SCHNEIDER, Clárcio Ivan. "Grito de liberdade" em *Zero*, de Ignácio de Loyola Brandão. In: DIEHL, Astor Antônio (org). *Fascínios da História II: textos da história do Brasil contemporâneo*. Passo Fundo: UPF, 2004.

SILVA, Vitor Manuel de Aguiar e. *Teoria da Literatura*. Coimbra: Almedina, 1967.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. RJ: Campus, 1997.